A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, EMOCIONAL E SOCIAL DA CRIANÇA



CRISTINA AKEMI UETA NAKAGAMA
Graduação em Pedagogia pela ULBRA - Universidade Luterana do Brasil (2010); Professora de Ensino Fundamental na EMEF ERNESTINO LOPES DA SILVA PROF.

RESUMO

A leitura constitui uma das principais formas de acesso ao conhecimento, à cultura e à participação social. Desde os primeiros anos de vida, o contato com narrativas, histórias e diferentes manifestações da linguagem contribui para a construção do pensamento, da imaginação e das relações que a criança estabelece com o mundo que a cerca. Nesse processo, a literatura infantil destaca-se por oferecer experiências que ultrapassam o entretenimento, tornando-se um recurso pedagógico capaz de favorecer o desenvolvimento cognitivo, linguístico, emocional e social de maneira integrada. Durante muito tempo, a literatura destinada às crianças foi compreendida apenas como um instrumento de caráter moralizador ou recreativo. Entretanto, as pesquisas desenvolvidas nas áreas da Educação, Psicologia, Linguística e Neurociência demonstram que a leitura literária exerce influência significativa sobre diferentes dimensões do desenvolvimento humano. Ao acompanhar personagens, conflitos e diferentes formas de compreender a realidade, a criança amplia seu repertório cultural, desenvolve habilidades de interpretação, fortalece a capacidade argumentativa e aprende a atribuir significados às próprias experiências. A formação do leitor inicia-se antes mesmo do processo formal de alfabetização. As primeiras interações com histórias narradas por familiares, professores ou outros mediadores permitem que a criança estabeleça vínculos afetivos com os livros e compreenda a linguagem como um instrumento de comunicação, expressão e descoberta. Essas experiências inaugurais favorecem o desenvolvimento da oralidade, ampliam o vocabulário e despertam a curiosidade, aspectos que influenciam diretamente a aprendizagem ao longo da vida. Embora existam evidências consistentes sobre os benefícios da leitura na infância, observa-se que a formação de leitores continua sendo um desafio para muitas instituições de ensino. O avanço das tecnologias digitais, a predominância de conteúdos audiovisuais e a redução do tempo destinado à leitura no ambiente familiar têm modificado os hábitos culturais das novas gerações. Nesse cenário, torna-se ainda mais relevante discutir estratégias capazes de aproximar as crianças da literatura e transformar a leitura em uma prática cotidiana, prazerosa e significativa.

A escola desempenha papel fundamental nesse processo, não apenas por garantir o acesso aos livros, mas por criar condições para que a literatura seja vivenciada como uma experiência de reflexão, sensibilidade e construção do conhecimento. Entretanto, a presença dos livros no ambiente escolar, por si só, não assegura a formação de leitores. A mediação realizada pelo professor, a organização de práticas pedagógicas intencionais e a valorização da leitura no cotidiano escolar constituem fatores decisivos para que a criança desenvolva autonomia leitora e interesse permanente pela literatura. Da mesma forma, a participação da família revela-se indispensável. Estudos sobre letramento familiar indicam que crianças que convivem com práticas frequentes de leitura tendem a apresentar melhor desempenho linguístico, maior repertório cultural e atitudes mais positivas em relação aos livros. Assim, a formação do leitor deve ser compreendida como um processo compartilhado, construído pela interação entre escola, família e diferentes espaços culturais presentes na comunidade.

Outro aspecto que justifica a relevância deste estudo refere-se às contribuições da literatura infantil para o desenvolvimento das competências socioemocionais.

Diante dessas considerações, esta pesquisa parte da seguinte questão norteadora: de que maneira a literatura infantil contribui para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, favorecendo sua formação como leitora e cidadã? Para responder a essa problemática, definiu-se como objetivo geral analisar as contribuições da literatura infantil para o desenvolvimento integral da criança, considerando seus impactos sobre a aprendizagem, a formação do leitor, o desenvolvimento das competências socioemocionais e a construção da cidadania. Como objetivos específicos, pretende-se compreender a evolução da literatura infantil, discutir sua influência sobre os processos cognitivos e emocionais, analisar o papel da escola e da família na formação do leitor e refletir sobre a importância da literatura na constituição de sujeitos críticos, participativos e socialmente responsáveis. Quanto aos procedimentos metodológicos, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas relacionadas à literatura infantil, ao desenvolvimento infantil e à formação de leitores. A opção por essa abordagem possibilita reunir diferentes perspectivas teóricas e estabelecer um diálogo entre autores clássicos e pesquisas contemporâneas, favorecendo uma compreensão mais ampla sobre o tema investigado.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para ampliar as reflexões acerca do papel da literatura infantil na educação, evidenciando que o acesso aos livros representa muito mais do que uma etapa do processo de alfabetização. Formar leitores significa criar oportunidades para que crianças desenvolvam sensibilidade, pensamento crítico, autonomia e participação social, reconhecendo a leitura como um direito cultural e um instrumento permanente de transformação pessoal e coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura infantil; Desenvolvimento cognitivo; Desenvolvimento socioemocional; Formação do leitor; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Compreender a importância da literatura infantil na educação exige, inicialmente, conhecer sua trajetória histórica. A produção literária destinada às crianças não surgiu como um campo independente da literatura. Durante muitos séculos, a infância sequer era reconhecida como uma etapa específica do desenvolvimento humano, e as crianças participavam das mesmas atividades culturais dos adultos, ouvindo narrativas populares, lendas, mitos e contos transmitidos oralmente entre gerações. Foi somente a partir dos séculos XVII e XVIII que a sociedade europeia começou a construir uma nova percepção sobre a infância. As transformações sociais, culturais e educacionais desse período contribuíram para que a criança passasse a ser compreendida como um sujeito em processo de desenvolvimento, com necessidades, interesses e formas próprias de aprender. Essa mudança influenciou diretamente a produção literária, impulsionando o surgimento de obras voltadas especificamente ao público infantil. Os primeiros livros destinados às crianças possuíam forte caráter educativo e moralizador. As narrativas procuravam ensinar valores considerados socialmente desejáveis, como obediência, disciplina, honestidade e respeito às normas familiares e religiosas. Embora essas obras apresentassem reduzido espaço para a imaginação, elas desempenharam papel importante na consolidação da literatura infantil como um gênero próprio. Ao longo do século XIX, a literatura destinada à infância passou por transformações significativas. Os contos populares recolhidos pelos irmãos Grimm, as narrativas de Hans Christian Andersen e, posteriormente, diversas adaptações de histórias tradicionais contribuíram para ampliar o espaço da fantasia e da imaginação nas obras infantis. O elemento fantástico deixou de ser apenas um recurso narrativo e passou a desempenhar importante função na construção simbólica da infância. Bruno Bettelheim (1980) observa que os contos tradicionais permanecem relevantes justamente porque dialogam com conflitos universais do desenvolvimento humano. Medos, inseguranças, perdas, superações e descobertas aparecem representados simbolicamente, permitindo que a criança interprete essas experiências de forma segura e compatível com seu estágio de desenvolvimento emocional. Nessa perspectiva, a fantasia não representa uma fuga da realidade, mas um caminho para compreendê-la. No Brasil, a consolidação da literatura infantil ocorreu principalmente no início do século XX, período em que Monteiro Lobato promoveu uma ruptura importante em relação aos modelos existentes até então. Suas obras aproximaram a linguagem literária do universo infantil, incorporando humor, criatividade, criticidade e valorização da cultura brasileira. Personagens como Emília, Narizinho, Pedrinho e Visconde de Sabugosa passaram a estimular a curiosidade, o questionamento e a imaginação, oferecendo às crianças uma literatura menos normativa e mais participativa. Apesar da relevância histórica de Monteiro Lobato, é importante reconhecer que parte de sua produção tem sido objeto de debates contemporâneos relacionados à representação de grupos sociais e às mudanças na compreensão dos direitos humanos. Essa discussão demonstra que a literatura também reflete os contextos históricos em que foi produzida e que a mediação realizada por professores torna-se fundamental para promover leituras críticas, contextualizadas e compatíveis com os princípios da educação inclusiva.

A partir da segunda metade do século XX, a literatura infantil ampliou significativamente seus temas e possibilidades estéticas. As narrativas passaram a abordar situações presentes no cotidiano das crianças, como relações familiares, amizade, inclusão, diversidade cultural, questões ambientais, sentimentos, desafios escolares e convivência social. Essa ampliação temática aproximou os livros da realidade infantil e fortaleceu seu potencial educativo.

Nelly Novaes Coelho (2000) destaca que a literatura infantil não deve ser compreendida apenas como instrumento de ensino, mas como manifestação artística capaz de favorecer a formação cultural, intelectual e sensível do leitor. Sob essa perspectiva, o valor da obra literária está na experiência estética proporcionada ao leitor, na liberdade de interpretação e na capacidade de provocar questionamentos sobre a realidade.

Essa compreensão também é compartilhada por Teresa Colomer (2007), ao afirmar que a literatura infantil oferece oportunidades para que a criança participe de diferentes experiências humanas sem precisar vivenciá-las diretamente. Ao acompanhar as trajetórias das personagens, o leitor estabelece relações entre ficção e realidade, amplia seu repertório cultural e desenvolve novas formas de compreender o mundo. Mais recentemente, Rildo Cosson (2014) reforça que a leitura literária ocupa papel essencial na formação do leitor porque possibilita a construção de sentidos por meio da interação entre texto, leitor e contexto social. Para o autor, ler literatura não consiste apenas em compreender informações presentes na narrativa, mas em produzir interpretações, estabelecer relações e dialogar criticamente com diferentes perspectivas culturais.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre literatura infantil e desenvolvimento da linguagem. A exposição frequente a textos literários amplia o vocabulário, favorece a compreensão de diferentes estruturas narrativas e estimula a produção oral e escrita. Diferentemente de textos exclusivamente informativos, a literatura apresenta múltiplas possibilidades de construção linguística, permitindo que a criança entre em contato com metáforas, simbolismos, diferentes estilos de escrita e variadas formas de expressão. Essa diversidade linguística contribui significativamente para o desenvolvimento da competência comunicativa. Crianças que mantêm contato frequente com livros costumam apresentar maior facilidade para organizar ideias, interpretar textos, elaborar argumentos e expressar sentimentos de maneira mais clara. Esses benefícios ultrapassam o campo da linguagem, refletindo positivamente em diferentes áreas da aprendizagem escolar. Também merece destaque a contribuição da literatura para o fortalecimento da criatividade. Ao contrário de outras formas de entretenimento baseadas predominantemente em imagens prontas, a leitura exige participação ativa do leitor. Cada personagem, cenário ou acontecimento é reconstruído mentalmente pela criança, mobilizando processos imaginativos que estimulam a criação de hipóteses, a resolução de problemas e o pensamento abstrato.

Nos últimos anos, estudos desenvolvidos nas áreas da Neurociência e da Psicologia Cognitiva têm reforçado essas evidências. Pesquisadores como Stanislas Dehaene (2012) e Maryanne Wolf (2019) demonstram que a leitura literária mobiliza simultaneamente diferentes regiões cerebrais relacionadas à linguagem, à memória, à atenção, à emoção e às funções executivas. Essa integração explica por que o hábito da leitura está associado não apenas ao desempenho escolar, mas também ao desenvolvimento de competências cognitivas essenciais para a aprendizagem ao longo da vida.

Então, torna-se evidente que a literatura infantil não pode ser reduzida a um recurso complementar do processo educativo. Sua relevância está justamente na capacidade de integrar conhecimento, imaginação, linguagem, sensibilidade e cultura em uma única experiência formativa. Ao possibilitar que a criança leia, interprete, questione e atribua significado às narrativas, a literatura contribui para a formação de sujeitos mais autônomos, críticos e preparados para participar de forma consciente da vida em sociedade.

A LITERATURA INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA

As discussões sobre a contribuição da literatura infantil para a aprendizagem ultrapassam a ideia de que os livros favorecem apenas o desenvolvimento da leitura e da escrita. Nas últimas décadas, pesquisas nas áreas da Educação, Psicologia Cognitiva e Neurociência têm demonstrado que a experiência literária participa de processos muito mais amplos, relacionados à formação do pensamento, à organização da linguagem, ao desenvolvimento das funções executivas e à capacidade de interpretar a realidade de forma crítica. A infância corresponde a um período de intensa plasticidade cerebral, caracterizado pela formação e reorganização constante das conexões neurais. As experiências vivenciadas nesse momento influenciam significativamente o desenvolvimento das habilidades cognitivas que acompanharão o indivíduo durante toda a vida. Nesse contexto, a leitura literária constitui um dos estímulos mais completos oferecidos à criança, pois envolve simultaneamente linguagem, memória, imaginação, emoção, atenção e raciocínio. Jean Piaget (2010) explica que o conhecimento não é transmitido de maneira passiva, mas construído progressivamente pela interação entre o indivíduo e o ambiente. Essa perspectiva permite compreender por que a literatura infantil ocupa posição privilegiada no processo educativo. Ao acompanhar uma narrativa, a criança não apenas recebe informações; ela interpreta acontecimentos, formula hipóteses, estabelece relações entre diferentes situações e reorganiza continuamente seus esquemas de pensamento. Sob outra perspectiva, Lev Vygotsky (2007) destaca que o desenvolvimento intelectual ocorre por meio das interações sociais e da mediação da linguagem. A leitura compartilhada, as rodas de conversa e os momentos em que professores ou familiares dialogam sobre uma história representam oportunidades para ampliar a Zona de Desenvolvimento Proximal, possibilitando que a criança alcance níveis mais complexos de compreensão com o apoio de um mediador. Assim, a literatura deixa de ser uma atividade individual para transformar-se em um espaço de construção coletiva do conhecimento. Embora Piaget e Vygotsky apresentem fundamentos teóricos distintos, ambos convergem ao reconhecer que a aprendizagem depende da participação ativa da criança. Essa aproximação evidencia que o valor da literatura não está apenas no conteúdo da narrativa, mas na maneira como ela desperta perguntas, incentiva interpretações e promove o diálogo entre diferentes experiências. Do ponto de vista da Neurociência, Stanislas Dehaene (2012) demonstra que o cérebro leitor resulta de um processo de reorganização de circuitos neurais originalmente destinados a outras funções cognitivas. Aprender a ler modifica a forma como o cérebro processa informações visuais, auditivas e linguísticas, ampliando a capacidade de reconhecimento de padrões, associação de ideias e interpretação de significados. Quando a leitura ocorre de maneira frequente e significativa, esses circuitos tornam-se progressivamente mais eficientes. Maryanne Wolf (2019) complementa essa discussão ao afirmar que a leitura profunda exige tempo, concentração e elaboração mental. Diferentemente da leitura fragmentada frequentemente associada aos ambientes digitais, à leitura literária estimula processos de reflexão, análise e construção de inferências. Esse movimento favorece o desenvolvimento do pensamento crítico, pois obriga o leitor a preencher lacunas, interpretar intenções das personagens e relacionar diferentes informações presentes na narrativa.

Entre as habilidades cognitivas favorecidas pela literatura, destaca-se o desenvolvimento da memória de trabalho. Durante a leitura, a criança precisa manter informações ativas enquanto acompanha novos acontecimentos da história, relacionando personagens, cenários, acontecimentos e conflitos. Essa capacidade de integrar informações ao longo da narrativa

fortalece processos fundamentais para a aprendizagem em diferentes componentes curriculares. A atenção também é continuamente estimulada durante a experiência leitora. Diferentemente de estímulos audiovisuais caracterizados pela rápida sucessão de imagens, o texto literário exige concentração prolongada, acompanhamento da sequência narrativa e monitoramento constante da compreensão. Com o tempo, essa prática contribui para ampliar a capacidade de manter o foco em tarefas cognitivamente complexas.

Howard Gardner (2010), ao propor a Teoria das Inteligências Múltiplas, também contribui para compreender a abrangência da experiência literária. Embora a leitura esteja diretamente relacionada à inteligência linguística, ela mobiliza simultaneamente outras dimensões do desenvolvimento humano, como a inteligência interpessoal, ao favorecer a compreensão das relações sociais, e a inteligência intrapessoal, ao estimular o autoconhecimento e a reflexão sobre sentimentos e comportamentos. Sob esse ponto de vista, reduzir a literatura infantil a um instrumento de alfabetização representa uma compreensão limitada de seu potencial educativo. A experiência literária envolve processos cognitivos complexos que dificilmente podem ser reproduzidos por atividades baseadas exclusivamente na memorização de conteúdos ou na repetição de exercícios. A ampliação do vocabulário constitui outra contribuição amplamente reconhecida. Ao entrar em contato com diferentes estilos de escrita, construções sintáticas e recursos expressivos, a criança desenvolve maior domínio da linguagem e passa a utilizar formas mais elaboradas de comunicação oral e escrita. Essa ampliação repercute diretamente na produção textual, na interpretação de diferentes gêneros discursivos e na aprendizagem de todas as áreas do conhecimento. Nesse processo, a literatura oferece inúmeras oportunidades para que a criança formule inferências, estabeleça relações e atribua significados que ultrapassam aquilo que está explicitamente escrito. Além dos aspectos linguísticos, a leitura literária favorece o desenvolvimento da criatividade. Ao contrário das mídias que apresentam imagens prontas, o texto escrito exige que o leitor construa mentalmente personagens, cenários e acontecimentos. Esse exercício permanente de imaginação fortalece o pensamento simbólico e amplia a capacidade de criar soluções originais para diferentes situações. Nos últimos anos, a expansão das tecnologias digitais trouxe novos desafios para a formação do leitor. O acesso rápido às informações representa um avanço importante, mas também exige que a escola desenvolva estratégias capazes de preservar espaços dedicados à leitura profunda e à reflexão.

Esse cenário reforça a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a literatura como experiência intelectual e não apenas como atividade complementar do currículo. Projetos de leitura, rodas de conversa, clubes do livro e momentos de leitura compartilhada favorecem a construção de ambientes em que o livro deixa de ser um instrumento de avaliação para tornar-se um objeto de investigação, descoberta e prazer. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) também reconhece essa perspectiva ao destacar que a leitura literária deve contribuir para o desenvolvimento da autonomia, da argumentação, da criatividade e da formação crítica dos estudantes. Isso significa que a literatura ocupa papel estratégico no desenvolvimento das competências gerais previstas para a Educação Básica, articulando linguagem, pensamento científico, cultura e cidadania. Sob estas reflexões, torna-se evidente que a literatura infantil desempenha papel muito mais amplo do que tradicionalmente se atribuía aos livros destinados às crianças. Ler histórias significa desenvolver estruturas cognitivas, fortalecer processos de aprendizagem e criar condições para que o indivíduo compreenda a realidade de maneira cada vez mais crítica e autônoma. Quando integrada a práticas pedagógicas significativas, a literatura deixa de ser apenas um recurso didático e transforma-se em uma experiência capaz de influenciar positivamente toda a trajetória escolar e humana do leitor.

A LITERATURA INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL DA CRIANÇA

O desenvolvimento infantil não pode ser compreendido apenas sob a perspectiva da aprendizagem de conteúdos escolares. A formação da criança envolve, simultaneamente, aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que se influenciam de maneira contínua ao longo do processo educativo. Nesse cenário, a literatura infantil ocupa uma posição singular, pois oferece experiências que articulam conhecimento e emoção, permitindo que o leitor compreenda o mundo ao mesmo tempo em que aprende a compreender a si próprio. Ao entrar em contato com diferentes narrativas, a criança passa a vivenciar conflitos, sentimentos e desafios por meio das personagens. Embora essas experiências pertençam ao universo da ficção, elas despertam emoções genuínas, favorecendo a identificação com determinadas situações e ampliando a capacidade de interpretar comportamentos humanos. Essa possibilidade de experimentar simbolicamente diferentes vivências representa uma das maiores contribuições da literatura para o desenvolvimento socioemocional. Henri Wallon (2007) defende que emoção e inteligência constituem dimensões inseparáveis do desenvolvimento humano. Para o autor, a construção do conhecimento ocorre em permanente interação com as experiências afetivas vividas pela criança. Essa compreensão permite reconhecer que a leitura literária não atua apenas sobre os processos intelectuais, mas também sobre a organização emocional, favorecendo a construção da personalidade e das relações sociais. A perspectiva walloniana aproxima-se das reflexões de Lev Vygotsky (2007), que atribui papel central às interações sociais na formação das funções psicológicas superiores. Quando uma história é compartilhada entre crianças e adultos, cria-se um espaço de diálogo no qual diferentes interpretações são construídas coletivamente. O livro deixa de ser um objeto individual para tornar-se um mediador das relações humanas, favorecendo o desenvolvimento da linguagem, da empatia e da cooperação. Essa mediação revela-se particularmente importante na infância, período em que as crianças ainda estão aprendendo a reconhecer, nomear e regular suas emoções. Muitas vezes, sentimentos como medo, insegurança, tristeza, ciúme ou frustração são difíceis de serem expressos diretamente. A literatura oferece um caminho alternativo, permitindo que essas emoções sejam representadas por personagens e situações fictícias. Ao comentar as atitudes das personagens, a criança frequentemente reflete sobre suas próprias experiências, ainda que de forma indireta. Bruno Bettelheim (1980) já defendia que os contos de fadas permanecem atuais justamente porque abordam conflitos universais da existência humana. Questões relacionadas ao abandono, ao medo, ao amadurecimento e à superação aparecem representadas simbolicamente, oferecendo à criança recursos para elaborar sentimentos complexos sem que ela precise enfrentá-los diretamente na realidade. A fantasia, nesse sentido, não distancia o leitor da vida cotidiana; ao contrário, amplia sua capacidade de compreendê-la. As contribuições da literatura para a saúde emocional também têm sido discutidas em pesquisas mais recentes. Outro aspecto frequentemente observado refere-se ao desenvolvimento da empatia. Ao acompanhar diferentes personagens, a criança é convidada a compreender motivações, desejos, dificuldades e pontos de vista distintos dos seus. Esse exercício favorece a capacidade de reconhecer que pessoas diferentes podem interpretar uma mesma situação sob perspectivas variadas, habilidade considerada fundamental para a convivência democrática e para a prevenção de atitudes preconceituosas.

Maryanne Wolf (2019) observa que a leitura profunda estimula mecanismos cognitivos relacionados à tomada de perspectiva, permitindo que o leitor compreenda estados mentais,

intenções e emoções de outras pessoas. Essa capacidade, frequentemente denominada "teoria da mente", desempenha papel importante na construção das relações interpessoais, pois amplia a compreensão dos comportamentos humanos e fortalece atitudes de respeito e cooperação. A literatura infantil também contribui para a formação da autoestima. Quando encontra personagens que enfrentam desafios semelhantes aos seus, a criança percebe que dificuldades fazem parte da experiência humana e podem ser superadas por diferentes caminhos. Esse reconhecimento fortalece o sentimento de pertencimento e reduz a sensação de isolamento diante de problemas cotidianos. A representatividade presente nas obras literárias assume, nesse contexto, importância significativa. Livros que apresentam protagonistas de diferentes grupos étnicos, culturais, sociais ou pessoas com deficiência permitem que um número maior de crianças se reconheça nas histórias. Ao mesmo tempo, oferecem aos demais leitores oportunidades para conhecer outras realidades, ampliando a compreensão sobre diversidade e inclusão.

Essa preocupação tornou-se ainda mais relevante nas últimas décadas, à medida que a produção editorial infantil passou a incorporar temas relacionados aos direitos humanos, à igualdade de gênero, ao combate ao preconceito e à valorização das diferenças. A literatura contemporânea procura apresentar personagens mais diversos e conflitos próximos da realidade vivida pelas crianças, favorecendo discussões que contribuem para uma educação comprometida com a cidadania e o respeito mútuo. Yolanda Reyes (2012) ressalta que a experiência literária permite às crianças construir sentidos sobre si mesmas e sobre o mundo. Para a autora, ler significa muito mais do que compreender palavras; trata-se de participar de um processo contínuo de elaboração da identidade, no qual imaginação, memória, linguagem e afetividade se articulam de maneira inseparável. No ambiente escolar, essas potencialidades podem ser ampliadas quando a leitura é acompanhada por práticas pedagógicas que valorizem o diálogo e a participação dos estudantes. Rodas de conversa, dramatizações, produção de narrativas, ilustrações e debates sobre os sentimentos das personagens constituem estratégias capazes de transformar a leitura em uma experiência compartilhada, fortalecendo vínculos afetivos e ampliando as possibilidades de aprendizagem. É importante destacar, entretanto, que a simples leitura de histórias não garante o desenvolvimento das competências socioemocionais. O papel desempenhado pelo professor como mediador permanece decisivo. Cabe ao educador criar um ambiente acolhedor, incentivar diferentes interpretações e favorecer o diálogo entre o universo ficcional e as experiências vividas pelas crianças. Quando essa mediação ocorre de maneira sensível e intencional, a literatura passa a desempenhar função muito mais ampla do que a transmissão de conteúdos. Formar leitores, portanto, também significa formar indivíduos capazes de compreender emoções, estabelecer relações respeitosas e participar de maneira consciente da vida coletiva.

O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO DO LEITOR

A formação de leitores constitui um dos maiores desafios da educação contemporânea. Embora o acesso aos livros tenha se ampliado nas últimas décadas por meio de políticas públicas, programas governamentais e tecnologias digitais, a existência de acervos, por si só, não assegura que crianças desenvolvam o hábito da leitura ou estabeleçam uma relação significativa com a literatura. O que transforma o livro em uma experiência formativa é a mediação realizada pelos sujeitos envolvidos nesse processo, especialmente professores, gestores escolares e famílias.

A escola ocupa posição privilegiada nessa construção por ser, para muitas crianças, o primeiro espaço em que o contato com a literatura ocorre de forma sistemática. Entretanto, compreender esse papel exige superar uma visão restrita da leitura como simples instrumento para o ensino da língua portuguesa. A literatura deve ser reconhecida como uma manifestação artística e cultural capaz de ampliar repertórios, estimular diferentes formas de pensar e favorecer a construção da autonomia intelectual. Essa compreensão encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), que atribui às práticas de leitura um papel central na formação integral dos estudantes. O documento orienta que a escola promova situações em que os alunos possam interpretar textos, apreciar produções literárias, argumentar, desenvolver sensibilidade estética e participar de diferentes práticas culturais. Assim, a leitura deixa de ser apenas uma habilidade técnica e passa a integrar um conjunto mais amplo de competências relacionadas ao exercício da cidadania. Nesse contexto, o professor assume uma função que vai muito além da transmissão de conteúdos. Sua atuação envolve selecionar obras adequadas às diferentes faixas etárias, organizar situações de leitura compartilhada, incentivar o diálogo entre os estudantes e criar oportunidades para que diferentes interpretações sejam valorizadas. O mediador da leitura não apresenta respostas prontas; ao contrário, estimula perguntas, provoca reflexões e favorece a construção coletiva de significados. Rildo Cosson (2014) afirma que a formação do leitor depende da existência de práticas permanentes de letramento literário. Segundo o autor, ler literatura significa estabelecer uma relação ativa com o texto, produzindo interpretações que dialogam com a experiência de vida do leitor e com o contexto social em que está inserido. Essa perspectiva rompe com práticas escolares centradas exclusivamente na identificação de informações explícitas ou na realização de exercícios mecânicos de interpretação. Durante muitos anos, a leitura literária foi frequentemente utilizada como pretexto para avaliações gramaticais ou atividades de memorização. Em diversas situações, o livro servia apenas como ponto de partida para responder questionários, copiar trechos ou identificar classes gramaticais. Embora essas atividades possam contribuir para determinados objetivos didáticos, elas não garantem a formação de leitores autônomos nem favorecem a construção do prazer pela leitura. Teresa Colomer (2007) observa que a experiência literária torna-se significativa quando o leitor possui liberdade para interpretar, questionar e estabelecer relações entre a narrativa e suas próprias vivências. Sob essa perspectiva, a escola precisa criar espaços em que a leitura seja compreendida como prática cultural, e não apenas como obrigação escolar. Quanto maior a possibilidade de diálogo e participação, maiores tendem a ser o envolvimento dos estudantes e a consolidação do hábito leitor. Essa mudança de perspectiva exige também uma revisão das metodologias utilizadas em sala de aula. A literatura contribui justamente para esse processo ao oferecer narrativas que ampliam a visão de mundo e favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico. Outro aspecto frequentemente negligenciado diz respeito ao ambiente físico destinado à leitura. Bibliotecas escolares, salas de leitura e espaços organizados para o contato cotidiano com os livros desempenham papel importante na construção da identidade leitora. Entretanto, esses ambientes somente cumprem plenamente sua função quando são incorporados à rotina pedagógica e utilizados como espaços de descoberta, investigação e convivência, e não apenas como locais destinados ao empréstimo de livros. A biblioteca escolar, quando integrada ao projeto pedagógico da instituição, transforma-se em um ambiente de aprendizagem permanente. Além de disponibilizar diferentes obras, pode promover encontros com escritores, saraus, oficinas de leitura, exposições literárias e projetos que aproximem estudantes da produção cultural contemporânea. Essas iniciativas ampliam o significado social da leitura e fortalecem a formação de comunidades leitoras dentro da escola. As transformações provocadas pela cultura digital também desafiam o trabalho docente.Crianças e adolescentes convivem

diariamente com grande volume de informações, conteúdos multimídia e múltiplas formas de interação. Nesse cenário, a função da escola não consiste em competir com as tecnologias, mas em ensinar os estudantes a realizar leituras críticas, selecionar informações confiáveis e aprofundar sua capacidade de reflexão. A literatura continua ocupando papel insubstituível nesse processo, pois exige concentração, interpretação e elaboração intelectual que dificilmente são estimuladas por conteúdos consumidos de maneira fragmentada.

Entretanto, é importante reconhecer que o trabalho docente ocorre em contextos marcados por desafios concretos, como limitações de recursos, acervos reduzidos, excesso de demandas administrativas e desigualdades sociais que interferem diretamente no acesso à leitura. Reconhecer essas dificuldades não significa diminuir a responsabilidade da escola, mas compreender que a formação de leitores depende também de investimentos públicos, valorização profissional e políticas educacionais consistentes. Diante dessas considerações, torna-se evidente que a escola desempenha papel decisivo na democratização do acesso à literatura e na formação de leitores críticos. No entanto, essa responsabilidade não pode ser atribuída exclusivamente ao professor. A construção de uma cultura leitora depende do compromisso coletivo da comunidade escolar, da existência de projetos institucionais permanentes e da compreensão de que a leitura constitui um direito cultural de toda criança. Ao assumir essa perspectiva, a instituição escolar deixa de tratar a literatura apenas como conteúdo curricular e passa a reconhecê-la como experiência capaz de formar indivíduos mais sensíveis, autônomos e preparados para participar de maneira crítica da vida em sociedade.

A FAMÍLIA COMO PRIMEIRO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DO LEITOR

As experiências de leitura vivenciadas nos primeiros anos de vida exercem influência significativa sobre a maneira como a criança estabelece sua relação com os livros ao longo da trajetória escolar. Antes mesmo de ingressar na Educação Infantil, muitas crianças já tiveram contato com histórias contadas por familiares, canções, parlendas, livros ilustrados e outras manifestações da cultura escrita. Essas vivências iniciais, embora frequentemente informais, representam um importante ponto de partida para a formação do leitor e para o desenvolvimento das habilidades linguísticas, cognitivas e afetivas. Quando o ambiente familiar valoriza a leitura como prática cotidiana, a criança passa a compreender os livros como objetos presentes em sua realidade, e não apenas como materiais utilizados na escola. Esse contato precoce favorece o surgimento da curiosidade, fortalece vínculos afetivos e contribui para que a leitura seja associada a momentos de prazer, diálogo e descoberta. A construção desse significado emocional costuma exercer influência duradoura sobre os hábitos leitores desenvolvidos na adolescência e na vida adulta. Entretanto, é importante compreender que incentivar a leitura no ambiente familiar não significa antecipar o processo de alfabetização. O papel da família não consiste em substituir a escola nem em assumir funções pedagógicas específicas. Sua principal contribuição está na criação de um ambiente em que a linguagem escrita seja valorizada, despertando na criança o interesse por histórias, narrativas e diferentes formas de expressão cultural. Diversos estudos demonstram que crianças expostas a práticas frequentes de leitura compartilhada tendem a ampliar o vocabulário, desenvolver maior capacidade de compreensão oral e apresentar melhor desempenho em atividades relacionadas à linguagem. Esses benefícios não decorrem exclusivamente do contato com os livros, mas da interação estabelecida durante a leitura. Perguntas, comentários, observações e conversas sobre os personagens ampliam significativamente as possibilidades de aprendizagem.

A leitura compartilhada torna-se uma oportunidade de aproximação, escuta e troca de experiências, aspectos que contribuem para o desenvolvimento da segurança emocional e da confiança nas relações familiares. Michèle Petit (2019) ressalta que a leitura frequentemente ocupa um espaço de acolhimento e proteção simbólica. Mesmo em contextos marcados por dificuldades sociais, econômicas ou emocionais, os livros podem oferecer experiências capazes de ampliar horizontes, estimular a imaginação e favorecer a elaboração de sentimentos complexos. Embora a literatura não elimine os desafios vividos pelas famílias, ela pode fortalecer recursos internos importantes para enfrentar situações adversas. É necessário reconhecer, entretanto, que as condições de acesso aos livros não são iguais para todas as crianças. Desigualdades econômicas, baixa escolaridade dos responsáveis, ausência de bibliotecas públicas e limitações no acesso a materiais de leitura interferem diretamente nas oportunidades de formação leitora. Assim, atribuir exclusivamente à família a responsabilidade pelo desenvolvimento do hábito da leitura significaria desconsiderar fatores sociais que influenciam profundamente esse processo. Essa constatação reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à democratização do acesso aos livros e ao fortalecimento das práticas de leitura nos diferentes espaços sociais. Programas de distribuição de obras literárias, bibliotecas comunitárias, projetos de incentivo à leitura e ações desenvolvidas pelas escolas em parceria com as famílias representam estratégias importantes para reduzir desigualdades e ampliar o acesso à cultura escrita. Nos últimos anos, outro desafio passou a ocupar espaço nas discussões sobre formação do leitor: a crescente presença das tecnologias digitais na rotina das crianças. Dispositivos eletrônicos oferecem inúmeras possibilidades de aprendizagem e comunicação, mas também competem pelo tempo anteriormente destinado à leitura. Essa mudança exige que famílias e educadores reflitam sobre a construção de hábitos equilibrados, capazes de integrar recursos digitais sem substituir completamente o contato com os livros.

A formação do leitor resulta da interação entre múltiplos fatores — sociais, culturais, econômicos, escolares e individuais — que não podem ser reduzidos à atuação de um único agente. A responsabilidade é compartilhada e exige ações articuladas entre políticas públicas, instituições educacionais e comunidade. Compreende-se que a família constitui o primeiro espaço de aproximação da criança com a linguagem, com as narrativas e com a cultura escrita. Quando encontra apoio tanto no ambiente familiar quanto na escola, o processo de formação leitora tende a tornar-se mais consistente, favorecendo o desenvolvimento de indivíduos capazes de utilizar a leitura como instrumento de aprendizagem, participação social e crescimento pessoal ao longo de toda a vida.

A LITERATURA INFANTIL NA FORMAÇÃO DE LEITORES CRÍTICOS E NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A educação contemporânea enfrenta o desafio de formar indivíduos capazes de interpretar criticamente a realidade, participar de forma ética da vida em sociedade e atuar com responsabilidade diante dos diferentes problemas sociais. Nesse cenário, a literatura infantil deixa de ocupar um espaço secundário no currículo escolar para assumir uma função essencial na formação humana. Sua contribuição não se limita ao desenvolvimento das competências linguísticas; ela amplia a capacidade de reflexão, favorece a compreensão das relações sociais e fortalece valores indispensáveis à convivência democrática.

Durante muito tempo, a cidadania foi compreendida apenas como o conhecimento de direitos e deveres previstos em leis ou normas sociais. Atualmente, essa concepção tornou-se mais abrangente. Formar cidadãos implica desenvolver competências relacionadas ao diálogo, à participação, à argumentação, ao respeito às diferenças e à capacidade de conviver em uma sociedade plural. Sob essa perspectiva, a literatura infantil apresenta um potencial singular, pois possibilita que a criança reflita sobre conflitos humanos antes mesmo de vivenciá-los diretamente. Ao acompanhar a trajetória das personagens, o leitor é constantemente levado a interpretar comportamentos, analisar consequências e compreender diferentes pontos de vista. Essa experiência favorece a construção do pensamento crítico porque exige que a criança ultrapasse uma compreensão superficial dos acontecimentos. Em vez de apenas acompanhar a sequência narrativa, ela aprende a formular hipóteses, justificar opiniões e atribuir significados às ações desenvolvidas ao longo da história. Paulo Freire (2011) defendia que a leitura da palavra nunca pode ser dissociada da leitura do mundo. Essa afirmação permanece atual ao demonstrar que compreender um texto envolve interpretar contextos históricos, relações sociais e diferentes formas de produção da cultura. A literatura infantil contribui exatamente para esse movimento, pois aproxima a criança de experiências humanas diversificadas e amplia sua capacidade de compreender a realidade sob múltiplas perspectivas. A formação crítica também depende da possibilidade de questionar ideias previamente estabelecidas. Obras literárias de qualidade raramente apresentam respostas únicas para os conflitos vividos pelas personagens. Ao contrário, oferecem situações abertas à interpretação, permitindo que diferentes leitores construam compreensões distintas a partir de suas experiências e conhecimentos. Esse exercício favorece o desenvolvimento da autonomia intelectual e da argumentação, competências fundamentais para o exercício da cidadania. A literatura infantil pode colaborar significativamente com esse processo ao apresentar personagens diversos e abordar temas relacionados à igualdade, aos direitos humanos e à valorização das diferenças de maneira compatível com o universo infantil. Essa ampliação temática reflete transformações ocorridas na própria sociedade e demonstra que a literatura acompanha as mudanças sociais, contribuindo para ampliar as possibilidades de reflexão no ambiente escolar. Entretanto, a simples escolha de livros que abordem essas temáticas não garante a formação crítica dos estudantes. O modo como as obras são trabalhadas em sala de aula continua sendo decisivo. Quando a leitura é reduzida à identificação de informações explícitas ou à realização de atividades mecânicas, grande parte de seu potencial formativo é perdida. Por outro lado, quando professores promovem debates, incentivam diferentes interpretações e relacionam as narrativas às experiências vividas pelos estudantes, a literatura transforma-se em espaço privilegiado para o exercício do pensamento crítico. Esse entendimento aproxima-se das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), que propõe uma educação voltada para o desenvolvimento de competências relacionadas à argumentação, à responsabilidade, à empatia, à cooperação e à participação social. Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões sobre a importância da literatura infantil na educação contemporânea, incentivando professores, gestores, famílias e pesquisadores a fortalecerem práticas que valorizem a leitura como experiência de aprendizagem, sensibilidade e transformação. Formar leitores é, acima de tudo, formar pessoas capazes de compreender a complexidade do mundo, dialogar com diferentes perspectivas e construir caminhos para uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. B**ase Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. 8. ed. São Paulo: Moderna, 2021.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. São Paulo: Global, 2007.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura**. Porto Alegre: Penso, 2012.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 52. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KLEIMAN, Angela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 16. ed. Campinas: Pontes, 2021.

PETIT, Michèle. **A arte de ler: ou como resistir à adversidade.** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia.** 25. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

REYES, Yolanda. **A casa imaginária: leitura e literatura na primeira infância.** São Paulo: Global, 2012.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital: os desafios da leitura na nossa era.** São Paulo: Contexto, 2019.